

## REFLEXÃO (CRONOLÓGICA) SOBRE O SIDONISMO

por Victor de Sá

No campo social, as distâncias dir-se-íam ilusórias. Acções e reacções fazem-se sentir por ligações quase instintivas, por vezes aparentes coincidências.

A verdade é que, um mês volvido sobre a vitória da revolução soviética na Rússia, este extremo oposto da Europa foi palco de um fenómeno político-social de sinal contrário, de tipo demagógico e ditatorial, que mais tarde proliferaria noutros países como reacção àquela <sup>1</sup>.

Foi o fenómeno sidonista, como então ficou a ser conhecido em Portugal. A 7 de Novembro tinha sido tomado o Palácio de Inverno em Petrogrado. A 7 de Dezembro estava triunfante a contra-revolução em Lisboa. A primeira deu o poder aos soviets. A de cá anunciava-se como pretendendo instaurar uma «república nova», mas na realidade, extinguiu de imediato a República parlamentar, a sua Constituição, o Presidente eleito (Bernardino Machado), o Governo (Afonso Costa), as autoridades centrais e locais. E iniciou um novo poder assente no domínio dos agrários, com rosto inicialmente marcado pela demagogia, e logo transformado, em poucos meses, num regime de terror, que ao fim de um ano acabaria em sangue. Provisoriamente por então.

---

<sup>1</sup> Note-se que já a Revolução russa demo-liberal de 1905-1907, a primeira revolução na Europa depois da Comuna de Paris (1871), também se reflectiu em Portugal com a ditadura de João Franco.

É certo que o golpe militar do major Sidónio Pais não foi o primeiro desferido contra a República parlamentar. Além das tentativas monárquicas de 1911 e 1912, ambas goradas, já em 1915 o «movimento das espadas» encabeçado pelo general Pimenta de Castro tinha ousado encerrar o Parlamento, cercado pela GNR, que impediu os deputados e o seu presidente (Manuel Monteiro) de lá entrar. Mas essa situação anómala, que figurava uma tentativa de ditadura militar, foi anulada ao cabo de algumas semanas (cerca de três meses) pelo levantamento popular e burguês democrático do 14 de Maio. Não chegou a ter o carácter demagógico nem repressivo que viria a caracterizar o sidonismo.

Agora, em 1917, o golpe sidonista era mais subtil e revestia-se de novas características. Tinha começado por ganhar as massas descontentes com a Guerra e suas consequências: a falta de géneros, o açambarcamento, a subida em flecha do custo de vida. Cativara mesmo o apoio da classe operária, ao aceitar libertar as centenas de trabalhadores presos pela República por razões sociais. E acenava com a bandeira da regeneração: uma República Nova, quando o país dava mostras de estar cansado da outra.

Mas, na realidade, com o sidonismo foi a grande burguesia quem subiu ao poder. Sabe-se que foi ela quem inspirou e até financiou o golpe. Os seus representantes instalaram-se no Governo e ocuparam os mais altos cargos da administração à sombra da figura tornada popular do caudilho Sidónio Pais.

Um tal governo de classe pretendeu inicialmente atrair a si o apoio popular e dos trabalhadores. A demagogia servia de isco para atrair um certo apoio. Ao aceitar pôr em liberdade os presos por motivos sociais, deu a aparência de reconhecer aos trabalhadores uma cidadania que a República lhes tinha recusado. Depois foi o «sufrágio universal», tão prometido nos tempos da Propaganda republicana, mas que, uma vez instaurada, a República nunca ousara pôr em prática. Agora veio o Sidónio com a sua «república nova» e fez sancionar-se como Presidente em eleições directas, a simular sufrágio universal, ainda que não tenham sido contados mais que cerca de quinhentos mil votos, num país então com cerca de seis milhões de habitantes.

Sidónio correu o país a suscitar banhos de multidão, a proclamar a falência do parlamentarismo e a introduzir a ideia do partido único de que ele seria o chefe.

Se os homens da Primeira República não tivessem votado os trabalhadores contra o Governo, pelas mobilizações sucessivas de soldados e pelo agravamento constante do nível de vida, se a política governamental não tivesse sido de sistemática hostilidade aos sindicatos e às reivindicações dos operários, quer das fábricas quer dos campos, não se teria certamente

verificado o sucesso fácil, se bem que efémero, da ditadura de Sidónio Pais.

Mas a verdade é que, com a República, a grande burguesia agrária tinha sentido a insurreição nos campos alentejanos e ribatejanos. Nem a criação da Guarda Nacional Republicana, em 1911, e as múltiplas acções repressivas que empreendera, bastaram para manter o carácter «divino» da propriedade privada. Os latifundiários do liberalismo, herdeiros capitalistas dos latifúndios das ordens militares e religiosas, viviam inquietos com a agitação social que desde os primeiros anos da República abalava a velha ordem instituída nas zonas rurais.

A ditadura sidonista vinha, assim, ao encontro das inquietações dos latifundiários, ainda para mais agravadas pelo exemplo da revolução soviética.

Curioso é registar a equivocidade a que se prestou a demagogia sidonista, logo desde o seu triunfo. A União Operária Nacional promovera sem dificuldade um comício em Lisboa (Praça dos Restauradores) mal as tropas sublevadas e já vitoriosas recolhiam a quartéis. Contudo, uma das reivindicações aí apresentadas era a utilização imediata de terrenos incultos, quer baldios quer de propriedade privada, em benefício comum. O objectivo apontava, manifestamente, contra a improdutividade dos latifúndios e a necessidade de serem expropriados. Era contra os latifundiários, dada a improdutividade dos seus territórios. Representava também a confirmação de uma reivindicação expressa já em 1913, no Congresso dos Trabalhadores Rurais então reunido em Évora.

Assim, a despeito da aparente liberalização inicial face aos trabalhadores, o sidonismo via-se desde logo confrontado com a determinação operária em manter as suas reivindicações.

O pano que encobria o rosto governamental, face a tais contradições, não pôde manter-se senão nas primeiras semanas. Em breve, a polícia preventiva cobria o território de informadores políticos e agentes secretos (os lacraus, assim chamados ao tempo). Era implacável nas caçadas aos democráticos e aos bolchevistas.

Enquanto a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, então constituída, agregou os grandes lavradores chefiados por Martinho Nobre de Melo, o terror branco expandiu-se também com a participação de muitas entidades patronais, do comércio e da indústria. A extrema direita saiu à rua para impor a lei do cacete. Às lutas operárias e aos «vivas à Rússia», o sidonismo ripostou com a autoridade transcendente do Estado e as suas múltiplas polícias, as visíveis e as secretas. Os grupos de acção terrorista intimidavam e faziam calar os adeptos de um novo tipo de sociedade que fosse hostil à exploração dos trabalhadores e ao domínio dos poderosos senhores do dinheiro.

Isto não é apenas literatura. Vejamos dois casos típicos do sidonismo, a pré-figuração portuguesa do fascismo.

Externamente. Sidónio nomeou para Paris um director de serviços de informação (Homem Cristo Filho), que lá passaria a integrar a campanha internacional anti-bolchevique, no mesmo ano em que o nosso encarregado de negócios em Petrogrado (Jaime Batalha Reis, desde 1912) abandona o seu posto e se gaba de ter contribuído para a coalizão das potências aliadas contra o novo poder soviético. O director de serviços de informação, por sua vez, ligado a interesses da grande indústria alemã (Siemens) viria a promover em Roma reuniões de personalidades portuguesas, como o general Gomes da Costa e o jornalista Augusto de Castro, com entidades fascistas, nomeadamente futuros ministros de Mussolini, como foi o caso de Federzoni Bottai, um entusiasta do corporativismo.

Internamente, é a hora dos grandes potentados económicos. Não só dos terratenientes, mas também dos que aspiram a monopolistas, no domínio do comércio, das finanças e da indústria.

É caso típico de Alfredo da Silva (1871-1942). Deputado em 1906 pelo partido regenerador liberal, adepto em 1908 da ditadura de João Franco, quando cria a fábrica de adubos químicos no Barreiro, será a partir da ditadura de Sidónio que se expande a sua manifesta vocação pelos grandes empreendimentos industriais e financeiros ao abrigo da protecção de um Estado forte e repressivo. É senador da ditadura e passa a dono da CUF em 1919, ano em que também vai criar a Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes e os estaleiros no Barreiro.

Enquanto isso, nas cadeias do sidonismo haviam de ser metidas mais de dez mil pessoas sem culpa formada. Simples artesãos ou trabalhadores independentes, apontados por ideais democráticos, eram provocados por polícias à paisana e abatidos a tiro (caso, entre outros, do pintor Damião Rodrigues, de Carnaxide, morto em Algés na noite das eleições presidenciais, em fins de Abril de 1918). Outros, do Norte a Sul do país, eram esperados e corridos a cacete. No Outono, seria a «leva da morte»: dezenas de presos políticos, alguns deles abatidos a tiro, quando eram transferidos, em Lisboa, da cadeia do Governo Civil para o cais do Sodré, sob grossa escolta policial. Uma escolta que encapotava assassinos.

Pela supressão das liberdades democráticas, pela prática da demagogia e da repressão policial contra os trabalhadores, os maçons e os republicanos parlamentares, o sidonismo pré-figurou os regimes fascistas que mais tarde vigoraram na Itália, na Alemanha, em Portugal, na Espanha e outros países.

Mas por agora não vingaria ainda.

No Outono de 1918, a União Nacional Operária marcou para 18 de

Novembro uma greve geral dos trabalhadores portugueses. Convocada com grande antecedência, alguns factores afectariam o sucesso uniforme da iniciativa: os milhares de vítimas da pneumónica (um terço da população continental foi atingida), e a assinatura do Armistício que a 11 de Novembro (uma semana antes) pôs fim à guerra.

Porém, em Lisboa, onde as associações operárias foram encerradas, nos caminhos de ferro do Sul e nos campos do Alentejo, a greve foi seguida. No Baixo Alentejo deram-se mesmo então as primeiras ocupações de terras pelos trabalhadores rurais. Ao fim de quatro dias ainda as ocupavam. A situação chegaria a ser tão grave e preocupante, que talvez as tropas governamentais se tivessem movimentado no Alentejo quase tanto como nas frentes de batalha em França. Não obstante, foram necessárias empenhadas negociações para dissuadir os trabalhadores ocupantes a abandoná-las. Houve quem, em nome das autoridades, garantisse que o regresso à normalidade se daria sem que ninguém viesse a ser perseguido. O que obviamente não aconteceu. Com a desocupação, o que se verificou foi uma verdadeira caçada a homens e mulheres trabalhadores da terra por todo o Baixo Alentejo. Só da aldeia do Vale de Santiago encheu-se a cadeia de Odemira, enquanto no primeiro vapor para a África seguiram logo trinta dos implicados, condenados sem julgamento a curtir nos sertões os seus atrevimentos.

Em Lisboa, também o Governo tinha enchido as prisões com milhares de trabalhadores acoitados de bolchevismo.

Enquanto o terror assim se espalhava entre as populações, sobretudo nas famílias operárias, cinquenta agrários deslocavam-se a Belém para se congratularem junto do Presidente Sidónio. A ordem fora restabelecida.

É no rescaldo deste drama social que vai surgir o epílogo da efémera ditadura. Um homem (José Júlio da Costa) empenhado nos compromissos assumidos perante os trabalhadores (afinal desrespeitados) quando da desocupação das terras, foi à estação do Rossio à partida de Sidónio para uma nova viagem ao Porto, a 14 de Dezembro, e desferiu com um tiro de pistola o golpe mortal contra o ditador.

A ditadura sidonista, primeiro ensaio do fascismo em Portugal, não durou mais que um ano e uma semana. A República burguesa e parlamentar seria por então ainda restabelecida. Mas a ofensiva das forças conservadoras não iria mais esmorecer.

Que ligação pode existir entre a revolução soviética e a contrarrevolução sidonista? Nenhuma certamente em directo. Mas, ao menos simbolicamente, representam o verso e o reverso das realidades sociais novas que desde 1917 passaram a ser, no mundo, o comunismo identificado com o movimento operário, por um lado, e o fascismo do outro.

Entre nós, a primeira expressão dessa antinomia deu-se sob o

sidonismo. Foi quando a grande burguesia apareceu por detrás de uma figura demagógica, feita popular, à sombra de quem foram abolidas as instituições democráticas e se procurou impor uma prática repressiva intensa.

Com o sidonismo desenha-se desde logo aqui em Portugal a implacável oposição da grande burguesia contra a revolução socialista e os comunistas em geral (bolchevistas, dizia-se então). É a problemática central do que foi uma época. Uma época com muitas linhas cruzadas e entrecruzadas, com continuidades e descontinuidades, mas que desde 1917 a 1974 foi para nós marcada pela mesma constância e fúria persecutória.

### BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, José Freire, *A Cadeira de Sidónio ou a memória do presidencialismo*, Lisboa, PEE (1981).
- BARREIRA, Cecília, *Homem Cristo Filho*, in *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982.
- LABAREDAS, Maria Rosalina e Francisco Canais Rocha, *Os trabalhadores rurais do Alentejo e o sidonismo*, Lisboa, Edições Um de Outubro, 1982.
- ROCHA, Francisco Canais — ver LABAREDAS Maria Rosalina.
- SÁ, Victor de, *Liberais & Republicanos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.
- SILVA, Joaquim Palminha da, *Jaime Batalha Reis na Rússia dos Sovietes ou os Dez Dias que Abalaram um diplomata Português*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1984.
- TELO, António José, *Decadência e queda da I.ª República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.
- O Sidonismo e o Movimento Operário*, Lisboa, Ulmeiro.

